

Declaração Política
Deputado Francisco Coelho
Janeiro 2019

Exa. Sra. Presidente da Assembleia;

Sras e Srs. Deputados;

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, O Presidente do Governo dos Açores anunciou um aumento para os escalões mais baixos da função pública de sessenta e dois Euros. Tal medida, de grande alcance social, e que ocorrerá apenas nos Açores, só é possível porque a nossa Autonomia, ao criar os complementos de rendimento, permite dar execução legal a uma vontade política inequívoca e muito significativa.

Quer dizer: a Autonomia é diferença que dá pão.

Também ontem, nesta Câmara, aprovámos unanimemente uma anteproposta de lei acerca da reposição dos direitos de gestão do Mar Açoriano, desenvolvendo coerente e corretamente os conceitos de gestão conjunta e partilhada, consagrados na terceira revisão do nosso Estatuto, naturalmente por impulso propositivo nosso, Açoriano, desta Casa.

Quer-se dizer: a Autonomia é prerrogativa que dá pão, peixe e recursos.

Nessa revisão, aliás, consagrou-se na Carta da Autonomia um conjunto de direitos da Região, dando assim verdadeiro conteúdo político a esse diploma e prevendo o adquirido autonómico, que aliás estribou a decisão do Tribunal Constitucional do nosso direito a consagrar, diferenciada e positivamente, complementos de rendimento aos Açorianos que mais precisam.

Quer-se redizer: a Autonomia é conquista consagrada, que oferece garantia à nossa diferença e à nossa capacidade de decidir.

Deu já entrada nesta Assembleia, uma proposta de decreto Legislativo Regional no sentido da reposição da contagem integral do tempo de serviço docente, para todos os devidos e legais efeitos, numa amplitude e tempo que será diferente do resto do país, e cristalina e favoravelmente fará a reposição mais favorável que a classe docente terá em Portugal.

A este respeito, logo recebemos tele-recados dum velho conhecido mini-estafeta do centralismo, debitando e dubitando angústias acerca do nosso direito à diferença e reclamando com urgência corretiva pronta dos seus companheiros do Portugal Atlântico.

Quer-se tredizer: a Autonomia, mais uma vez, também é pão e direito de opção.

Sra. Presidente;

Sras. E Srs. Deputados;

Sras. E Srs. Membros do Governo;

Com estes pequenos grandes exemplos, alguns ainda notícia, se quer, apenas mas sempre, afirmar, lembrar e avisar que a Autonomia é efetivamente dignidade e pão. Que a Autonomia, garantindo e legitimando órgãos de governo próprio, com competência político-legislativa e administrativa, mandata esta Câmara, o Governo por ela sustentado e as opções próprias que tomamos, para cumprirmos a conquista de decidir e recuperarmos mais depressa séculos de abandono e de esquecimento.

Esta coisa da Autonomia não é assim, nem pode nunca ser, um linguajar hermético de jogos florais políticos entre uns poucos – pretensamente sem substância, consequências ou alcance. Ela é, ao invés, a garantia do que somos: uma Autonomia Democrática, inserida num Estado de Direito Democrático, dura e gradualmente conquistada, numa luta sempre inacabada.

É pois por isso fundamental que, sobretudo nesta matéria, básica e estruturante, os responsáveis políticos sejam políticos responsáveis, com o especial e acrescentado dever de fazer sempre, por ações e convicções, a pedagogia da Autonomia, da importância das suas conquistas e da necessidade permanente de a ir aperfeiçoando. E de resistir sempre, mas sempre, às tentações do facilitismo e da gémea demagogia de outras prioridades fáceis, nunca trocando, por exemplo, o sempre imperfeito e necessário combate à pobreza por uma putativa pobreza de convicções autonómicas. E cometendo assim, por tentadoras ações, o grave pecado de ignorar que a Autonomia é também e sobretudo pão.

Sra. Presidente;

Sras. E Srs. Deputados;

Sras. E Srs. Membros do Governo;

Vem tudo isto a bom propósito de ter terminado com 2018, em calendário livre e unanimemente estabelecido, o prazo para os grupos e representações parlamentares, no âmbito da CEVERA, entregarem as suas propostas para a reforma da Autonomia.

E as propostas são bastantes, embora com diferentes graus de concretização. Mas naturalmente o suficiente para serem todas claras, nos seus propósitos e intenções políticas. É claro que elas são diversas, e mesmo nalguns casos até antagónicas, como é co-natural aos parlamentos democráticos e às democracias auto-aceites e consolidadas.

Como sabíamos de antemão, confirma-se que ideias e propostas não faltam, e regista-se, com óbvia satisfação, essa realidade. É pois bem altura de, uma vez mais, exercitarmos todas a disponibilidade e sagesa que também temos de, relativamente às opções jus-políticas estruturantes e fundamentais, debater, priorizar, negociar, ceder no acessório para ganhar no fundamental, consensualizar e decidir as propostas açorianas que, aqui ou em Lisboa, consoante, em razão da matéria, estiver a competência para a respetiva aprovação, e que queremos que obtenham vencimento.

Não será coisa pouca, nem isenta de dificuldades, escolhos, obstáculos ou preconceitos. Mas será indubitavelmente um grande e bom desafio, que convocará necessariamente o melhor que há em nós e na grandeza da Política.

Pela nossa parte, o GPPS reitera o seu total empenho e a máxima prioridade para esta tarefa.

Temos consciência que o facto de sermos o grupo maioritário traduz-se, nesta matéria como em tantas outras, no gostoso fardo duma responsabilidade maior, e agiremos em conformidade.

Confiando sempre que, a final, o diálogo frutifique, o consenso se construa e a Autonomia se amplie e reforce. Porque saberemos todos corresponder à dignidade maior que a empresa exige. E Porque os Açorianos merecem!



Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2019.

O Deputado:

Francisco Coelho